

"Para entender a questão dos direitos indígenas na América do Norte e do Sul hoje, é necessário considerar a história do Novo Mundo. Tem-se que retroagir à época da Conquista Espanhola, para os dias de Bartolomeu de Las Casas, Bispo de Chiapas, um homem que renunciou à sua 'encomienda' e devotou sua vida, a partir de então, à defesa dos direitos dos índios. As questões levantadas por Las Casas - os direitos dos povos indígenas, o destino do homem ocidental, a idéia de progresso - tudo isto ainda nos perturba hoje.

Colombo pode ter pensado que tinha alcançado a Índia, mas os espanhóis logo perceberam que tinham descoberto um novo mundo, um mundo já habitado por outra raça, falando suas próprias línguas, com suas culturas e civilizações próprias. Com que direito, então, os europeus conquistaram os índios, tomaram suas terras e os subjugaram?

Havia dois pontos de vista: por um lado, a posição esposta por Juan Gines de Sepulveda, que acreditava (baseando-se na 'Política' de Aristóteles) que algumas raças são inferiores a outras, que alguns homens nascem para ser escravos. Por esse argumento, os europeus, uma raça superior, estavam justificados ao subjugar os índios, uma raça inferior. Las Casas, por outro lado, argumentava que todos os homens são dotados de direitos naturais, que os europeus não tinham o direito de escravizá-los, que os índios eram um povo com uma cultura evoluída, e que sua cultura, costumes e instituições mereciam respeito por seus próprios méritos.

(...)

As insituições estabelecidas por nossos ancestrais europeus têm atuado por quatro séculos. Em muitos países os índios, mesmo numerosos, são evidentemente uma minoria. Contudo, a voz de Las Casas pode ainda ser ouvida. Las Casas fala-nos de direitos humanos, a grande questão do nosso tempo, assim como o era no seu tempo. Os povos indígenas no Novo Mundo continuam espoliados. Do Canadá à Argentina, sua condição, em muitos aspectos, é a mesma dos dias de Las Casas. Quatrocentos anos atrás, Las Casas clamava aos espanhóis para que se perguntassem: por que direito uma raça impõe a outra suas leis e instituições? Hoje, estamos ainda lutando com as implicações deste problema, apesar de que não nos mesmos termos em que ele se colocava no limiar da ocupação européia do domínio indígena. Ainda nos perguntamos: que medidas podem estabelecer uma relação justa e equitativa entre sociedades dominantes, de modelo europeu, e o povo índio?"

O texto acima pareceria fruto do raciocínio de qualquer organização indigenista brasileira. Se colocado como preâmbulo à discussão dos atuais planos de desenvolvimento do governo, seria, por alguns, imediatamente rotulado de utópico ou romântico, ou mesmo de anti-nacío

nalista. Porém, o texto citado é parte do artigo "Direitos Aborígenas e Autodeterminação", de Thomas Berger, juiz federal canadense a cujo cargo, recentemente, ficou o estudo de impacto de um grande projeto de construção de gasoduto no Canadá. As colocações de Berger demonstram que as preocupações com o tipo de desenvolvimento que se pretende impor à revelia dos direitos indígenas e da preservação ecológica não são exclusivas das entidades indigenistas e ambientais brasileiras. A diferença mais gritante, talvez, é de que, lá, foi o próprio governo quem encomendou o estudo, cujas conclusões, depois, foram inteiramente aceitas.

No atual momento brasileiro, em que todas as tentativas de discutir o modelo de desenvolvimento e suas relações com o meio-ambiente e os povos indígenas são imediatamente rejeitadas, em nome do progresso e de um nacionalismo extremamente duvidoso, é bastante oportuno transcrever as palavras de Thomas Berger. Afinal, o Canadá é tão capitalista quanto deveria ser o Brasil, na concepção e desejo de muitos políticos, empresários e escalões governamentais. Que tipo de raciocínios, porém, são adotados pelo governo canadense? Voltemos a Thomas Berger:

"Talvez o mais conhecido enfrentamento recente entre a sociedade dominante no Canadá e os povos indígenas seja o que ocorreu quando a indústria de gás e petróleo propôs, em meados dos anos 70, a construção de um gasoduto do Ártico ao centro do continente. O gasoduto percorreria uma rota deste o Alaska, através do Canadá, ao longo do Vale Mackenzie até o Lower 48, através de terras ecologicamente sensíveis, reclamadas pelos povos indígenas do norte.

O governo do Canadá designou uma Comissão de Inquérito para examinar o impacto social, econômico e ambiental do gasoduto proposto. O Inquérito do Gasoduto do Vale Mackenzie privilegiou a consideração das consequências do avanço do sistema industrial à última fronteira do Canadá e, além disso, da necessidade da preservação do ecossistema do Noroeste e, acima de tudo, dos direitos dos povos indígenas que vivem na fronteira. O Inquérito teve que medir a validade de se estabelecer a indústria extrativa de larga escala no meio de comunidades nativas que tentam preservar valores tradicionais e reestabelecer a auto-suficiência local.

Duas maneiras de contemplar o mundo estavam em conflito. A través do Novo Mundo, desde o tempo de Cortez e Pizarro, os homens procuraram a riqueza na fronteira, riqueza para enriquecer a metrópole. Desde os tempos da Nova Espanha, os homens têm desejado um outro tesouro de Montezuma, outro Atahualpa por quem obter resgate.

(...)

O debate continua. Constituiu-se o pano de fundo do Inqué-

to. O gasoduto do Ártico seria o maior projeto, em termos de orçamento, jamais realizado antes, em nenhum lugar, pelo empreendimento privado. Seria o maior projeto de construção através dos territórios do noroeste canadense, através de uma terra que é fria e escura no inverno, uma terra praticamente inacessível por estrada ou ferrovia, onde seria necessário construir cais, armazéns, depósitos, campos de pouso - uma infraestrutura gigantesca - apenas para construir o gasoduto. Haveria 130 pedreiras. Haveria 600 travessias de rios. Haveria uma rede de centenas de milhas de estradas construídas sobre a neve e o gelo. Haveria canais, caminhões, equipamento pesado, tratores e aviões. A capacidade da frota de rebocadores e barcas do Rio Mackenzie teria que ser duplicada. Haveria milhares de trabalhadores, necessários para a construção do gasoduto, das usinas de gás e sistemas de coleta. Haveria, além disso, milhares de imigrantes buscando trabalho e oportunidades. Disseram-nos que se o gasoduto fosse construído, ele significaria a intensificação da exploração de gás e petróleo ao longo da sua rota através do Vale Mackenzie e do Ártico Ocidental, e que um oleoduto seria posteriormente inevitável. Assim, o Inquérito teve que examinar o impacto social, econômico e ambiental de um corredor de energia do Ártico ao centro do continente.

(...)

Temos estado comprometidos com a visão de que o futuro econômico do norte repousa no desenvolvimento industrial de larga escala. Gerou-se, especialmente no meio de negócios do norte, uma atmosfera de expectativa sobre o desenvolvimento industrial. Sempre existiu um setor tradicional de recursos renováveis no norte, mas ao invés de tentar solidificá-lo, temos, por uma década ou mais, seguido políticas que o enfraquecem ou destroem. Acreditamos no desenvolvimento industrial de larga escala, e depreciamos a base econômica existente. Em realidade, as pessoas que tentam viver sustentando-se com a caça e pesca são muitas vezes consideradas desempregadas.

Achei que o desenvolvimento dos recursos não-renováveis de uma região pode trazer sérias pressões para sua população: as pessoas que continuarem tentando viver de recursos renováveis poderiam experimentar uma pobreza relativa e enfrentar a queda de produtividade de seu modo de vida. Gradualmente, mais e mais pessoas poderiam desistir de um tipo de trabalho, e portanto abandonar o modo de vida associado a ele, em favor de outro trabalho e modo de vida. Onde quer que isto tenha acontecido, elas muitas vezes perceberam que pouco podiam escolher sobre isto. Se um setor negligenciado de economia representa um modo de vida preferido, ou culturalmente importante, se significa uma fonte de auto-identificação e auto-respeito, então a desvalorização deste modo de vida pode ter consequências abrangentes e negativas. Tais consequências são exacerbadas se a economia industrializada oferecer recompensas apenas a curto prazo.

O ritmo do desenvolvimento industrial é o ponto-chave. Concluí que no Vale Mackenzie e no Ártico Ocidental o avanço industrial em larga escala enfraqueceria seriamente o setor de recursos renováveis, e que seu impacto social seria desastroso. Insisti para que o ritmo desse avanço fosse calculado de modo a não esmagar a base econômica existente.

(...)

Concebemos a cidade, a metrôpole, como sendo o espelho do progresso. Assim, a caça e a pesca no longínquo norte não são entendidas como um modo de ganhar a vida desejável pelas pessoas que acreditam no desenvolvimento.

Do mesmo modo, nós dos países industrializados muitas vezes pensamos que nossa própria experiência de desenvolvimento econômico é a única a que outros países devem aspirar. Mas tal modelo, invariavelmente, requer uma ênfase na tecnologia centralizada de larga escala, às custas dos valores tradicionais e da auto-suficiência local.

(...)

Virtualmente, todos os índigenas que depuseram no Inquérito disseram que suas reivindicações deveriam ser atendidas antes que se pudesse construir um gasoduto. Não se deve imaginar que os índigenas tenham um medo irracional do gasoduto. Eles compreendem, contudo, que a construção do gasoduto e o estabelecimento de um corredor de energia significaria um influxo de dezenas de milhares de brancos, vindos de todo o Canadá em busca de emprego e oportunidades. Eles acreditam que seriam sufocados, que suas aldeias se tornariam cidades brancas, e que seriam relegados às beiras do sistema.

Eles acreditam que a construção do gasoduto traria consigo a completa dependência ao sistema industrial, esboçando-se um futuro em que não haverá lugar para os valores em que crêem. Isto porque os índios insistem que sua cultura é ainda uma força vital em suas vidas.

A cultura indígena é mais que artesanato e esculturas. Sua tradição de tomar decisões por consenso, seu respeito pela sabedoria dos anciãos, seu conceito de família extensa, sua crença numa relação especial com a terra, sua atenção à ecologia, suas práticas comunitárias - todos esses valores persistem, de uma ou outra forma, no interior de sua cultura, mesmo apesar de que eles tenham sido submetidos a fortes pressões para os abandonar. Suas reivindicações são os meios pelos quais eles procuram preservar sua cultura, seus valores e sua identidade.

O governo do Canadá rejeitou a proposta para o gasoduto do Ártico e decidiu que, se deveria construir um gasoduto, deveria sê-lo junto à estrada Alaska Highway, ou seja, na rota alternativa que eu ha

via pedido fosse considerada. Agora os governos do Canadá e dos Estados Unidos acordaram a construção do gasoduto junto à estrada Alaska Highway.

No que tange às reivindicações indígenas, a decisão de não construir o gasoduto do Ártico dá a nós, e aos povos indígenas, tempo para obter seu justo atendimento no Vale do Mackenzie e no Ártico Ocidental - uma oportunidade para resolver o que imagino seja o maior desafio do Canadá no norte.

(...)

Para os povos indígenas, suas reivindicações são os meios para a preservação de sua cultura, suas línguas e seus sistemas econômicos - os meios pelos quais eles podem continuar a reafirmar sua própria identidade em relação a nós, e ainda ter acesso às instituições sociais, econômicas e políticas da sociedade dominante.

Este é um precedente inédito - o reconhecimento de que objetivos industriais não precedem, em todos os lugares e épocas, aos valores ambientais e aos direitos indígenas.

(...)

Devemos aceitar que o atendimento das reivindicações indígenas será um início, e não um final.

Essas reivindicações, fundadas em direitos aborígenes ou em tratados, começam com a terra; mas não terminam aí. Elas abrangem os recursos renováveis e não-renováveis, educação, saúde e serviços sociais, ordem pública e, acima de tudo, a forma e composição futuras das instituições políticas. As propostas que estão sendo feitas pelos índios são, em maioria, de longo alcance. Elas não devem, todavia, ser vistas como uma ameaça às instituições existentes, mas como uma oportunidade para afirmar nosso compromisso com os direitos humanos das minorias indígenas.

(...)

Alguém poderá dizer, está bem. Pode ser assim no norte, e nas áreas de fronteira do Canadá, onde os povos indígenas possam reforçar sua sociedade e sua economia. Mas, dirão alguns, muitos índios vivem na sociedade urbana, industrial. Para eles, não pode haver retorno ao passado. O que significam, para estes, as reivindicações indígenas?

Este, naturalmente, é o ponto. Os povos indígenas não desejam retornar ao passado. Eles não querem ser objeto de mero sentimentalismo. Eles não afirmam que a cultura indígena, as comunidades indígenas e a economia indígena devem ser preservadas numa redoma para nossa distração e edificação. Ao invés disso, eles desejam assegurar-se que sua cultura possa continuar a crescer e a mudar - em direções que eles mesmos escolham.

As reivindicações dos índios são fundadas em algo tão importante para os indígenas urbanizados como o é para os não-urbanizados. Sua decisão de permanecer como povos distintos é baseada em sua convicção de que a identidade de cada indivíduo depende da identidade coletiva - saber quem você é significa saber que povo é o seu, onde fica seu lar.

O homem é um animal social. Ele pode definir a si mesmo somente conhecendo seu povo, sua linguagem, sua raça, seus costumes, suas tradições. Isto se aplica a todos nós. Mas a busca da identidade pessoal, do povo e do lar adquire uma dimensão especial entre as minorias indígenas, os povos do Quarto Mundo.

Sua determinação em reter sua identidade como povos indígenas não significa que eles queiram voltar a viver em iglus ou tendas. O fato de os povos indígenas utilizarem a tecnologia da sociedade dominante não significa que eles devam aprender apenas inglês ou francês, ou aprender somente sobre nosso passado, e ser governados apenas pelas nossas instituições.

(...)

Estes são temas que refletem o fato que repousa no início da história do Novo Mundo: a espoliação de um povo por outro. E os heróis dos povos aborígenes continuam conosco hoje. No passado, eles se usaram a morrer; hoje, eles não serão assimilados. Sua recusa à assimilação é um triunfo do espírito humano; um fato para ser celebrado, não deplorado.

É, de fato, em nossas relações com os povos de quem nós temos esta terra que nós poderemos descobrir a verdade sobre nós mesmos, e a sociedade que construímos, e alcançar uma visão mais ampla do próprio mundo.(...)"

(traduzido do original s.d.t. por Júlio Gaiger)

Hon. Thomas R. Berger
Alaska Inuit Review Commission,
c/o Facilities Planning Department
University of British Columbia
2075 Wesbrook Mall
Vancouver, British Columbia
Canada V6T 1W5